

Quadro comparativo do Projeto de Lei do Senado nº 352, de 2008

1

Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990	Projeto de Lei do Senado nº 352, de 2008	Emenda nº 1 – CAS/CDH (Substitutivo)
	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.	Altera os arts. 62, 63 e 64 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para dispor sobre a aprendizagem.
	O CONGRESSO NACIONAL decreta:	
	Art. 1º A Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passa a vigorar com as seguintes alterações:	Art. 1º Os arts. 62, 63 e 64 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passam a vigorar com as seguintes alterações:
Art. 62. Considera-se aprendizagem a formação técnico-profissional ministrada segundo as diretrizes e bases da legislação de educação em vigor.	“ Art. 62. Considera-se aprendizagem a formação técnico-profissional ministrada segundo as diretrizes e bases da legislação de educação em vigor e outros programas governamentais supervisionados pelo Ministério Público ou pelo Poder Judiciário.	“ Art. 62. Considera-se aprendizagem a formação técnico-profissional prevista na Seção IV do Capítulo IV do Título III do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. (NR)
Art. 63. A formação técnico-profissional obedecerá aos seguintes princípios:	Art. 63.	Art. 63.
I - garantia de acesso e frequência obrigatória ao ensino regular;
II - atividade compatível com o desenvolvimento do adolescente;		
III - horário especial para o exercício das atividades.		
		Parágrafo único. Terão prioridade de vaga nos programas de formação técnico-profissional:
		I – os adolescentes em situação de risco social e pessoal;
		II – os adolescentes em cumprimento de medidas sócio-educativas;
		III – os adolescentes cujas famílias sejam atendidas pela Assistência Social, devido à sua condição econômica, conforme requisitos previstos na Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. (NR)
	IV – necessidade social e econômica da família e do próprio adolescente;	
	V – segurança social do adolescente.	



Quadro comparativo do Projeto de Lei do Senado nº 352, de 2008

2

Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990	Projeto de Lei do Senado nº 352, de 2008	Emenda nº 1 – CAS/CDH (Substitutivo)
Art. 64. Ao adolescente até quatorze anos de idade é assegurada bolsa de aprendizagem.	Art. 64. Ao adolescente até quatorze anos de idade é assegurada bolsa de aprendizagem ou outra forma direta ou indireta de subvenção pública ou privada.	Art. 64. É assegurada bolsa de aprendizagem ao adolescente aprendiz matriculado em curso de formação exclusivamente teórica no âmbito dos Serviços Nacionais de Aprendizagem ou das entidades formadoras de que tratam os incisos I e II do art. 430 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
		§ 1º A bolsa de aprendizagem poderá ser custeada direta ou indiretamente pelo Poder Público ou pela iniciativa privada.
		§ 2º É vedada a aprendizagem para menores de quatorze anos. (NR)”
Art. 67. Ao adolescente empregado, aprendiz, em regime familiar de trabalho, aluno de escola técnica, assistido em entidade governamental ou não-governamental, é vedado trabalho:	Art. 67. Ao adolescente empregado, aprendiz, em regime familiar de trabalho, aluno de escola técnica, assistido em entidade governamental ou não-governamental, é vedado o trabalho:	
I - noturno, realizado entre as vinte e duas horas de um dia e as cinco horas do dia seguinte;	I -	
II - perigoso, insalubre ou penoso;	II - perigoso, insalubre ou penoso, observado o disposto no parágrafo primeiro;	
III - realizado em locais prejudiciais à sua formação e ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social;	III - realizado em locais prejudiciais à sua formação e ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social, observado o disposto no parágrafo segundo;	
IV - realizado em horários e locais que não permitam a frequência à escola.	IV -	
	§ 1º As dúvidas suscitadas sobre as condições de trabalho fixadas no inciso II deste artigo serão dirimidas pelo Ministério Público, que poderá autorizar o trabalho do menor aprendiz, estabelecer condições para a sua continuidade, ou proibir a participação do menor naquele local ou na atividade específica.	
	§ 2º Os locais prejudiciais ao trabalho são aqueles elegidos pelos responsáveis legais do adolescente, ou	



Quadro comparativo do Projeto de Lei do Senado nº 352, de 2008

3

Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990	Projeto de Lei do Senado nº 352, de 2008	Emenda nº 1 – CAS/CDH (Substitutivo)
	pela autoridade judicial da cidade.	
Art. 69. O adolescente tem direito à profissionalização e à proteção no trabalho, observados os seguintes aspectos, entre outros: I - respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento; II - capacitação profissional adequada ao mercado de trabalho.		
	Art. 69-A. É competente para decidir sobre o trabalho do adolescente o Juiz da Vara da Infância e da Juventude da comarca onde se desenvolve o trabalho, competindo à Justiça do Trabalho decidir sobre a aplicação dos direitos inerentes ao contrato de trabalho.	
Título III Da Prevenção Capítulo I Disposições Gerais Art. 70. É dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente.		
		Art. 2º Esta Lei entra em vigor noventa dias após sua publicação.

